

HABEAS CORPUS Nº 484.645 - SP (2018/0336661-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ANGELO AUGUSTO CARDOSO PASCOTTO
ADVOGADO : ANGELO AUGUSTO CARDOSO PASCOTTO - SP0262943
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EVERTON DA CUNHA (PRESO)

DECISÃO

Pela decisão de fls. 295/298, concedi *a ordem, de ofício, para determinar que, afastada a exigência do cumprimento da pena em regime semiaberto, o Juízo das Execuções Criminais reaprecie o pedido de livramento condicional do apenado, à luz dos requisitos legais e do comportamento carcerário.*

Às fls. 303/328, o impetrante ingressou com petição, informando que o constrangimento ilegal que ensejou a presente impetração ainda subsiste, tendo em vista que o Juízo da Execução Criminal determinou a realização de exame criminológico antes de apreciar o pedido de livramento condicional. Afirma que possui pena remanescente inferior a seis meses, já cumpriu lapso temporal superior ao previsto no art. 83, II, do Código Penal e o boletim informativo emitido pela Penitenciária de Presidente Bernardes/SP indica que o paciente reúne mérito carcerário, estando preenchido o requisito subjetivo.

Aduz que, se o paciente aguardar a realização do exame criminológico, certamente cumprirá totalmente a sua pena no regime fechado, especialmente pela morosidade com que tem sido realizado (fl. 307). Sustenta, ainda, que não foi apontado nenhum fundamento idôneo que legitime a determinação de realização do exame criminológico.

Requer seja deferido o pedido de livramento condicional.

Solicitadas as informações, em 8/2/2019, ao Juízo da Execução, que, em 14/2/2019, esclareceu restarem 3 meses e 25 dias de pena para o paciente

cumprir e que os autos aguardam a realização do exame criminológico desde 19/12/2018 (fl. 346).

É o relatório.

Primeiramente, das informações prestadas pelo Juízo da Execução não consta nenhuma previsão de data para a realização do exame criminológico, já determinado há exatos dois meses. Por outro lado, esclarece o Magistrado de primeiro grau que restam apenas 3 meses e 25 dias de pena a cumprir pelo paciente.

Observo, ainda, que da decisão que determinou a realização do exame criminológico não consta nenhuma fundamentação de ordem concreta (fl. 305), o que contraria o disposto na Súmula 439/STJ. Confira-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME DEFERIDA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. DECISÃO CASSADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 439 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS PRATICADOS. FLAGRANTE ILEGALIDADE EVIDENCIADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressalvando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante constrangimento ilegal.

O art. 112 da Lei de Execução Penal - LEP, alterado pela Lei n. 10.792/2003, não aboliu a realização do exame criminológico para avaliar o requisito subjetivo do apenado, sendo permitida sua realização, desde que haja fundamentação concreta demonstrando a necessidade da avaliação. Entendimento da Súmula n. 439/STJ.

A gravidade abstrata do delito praticado e a longevidade da pena a cumprir não servem, por si sós, como fundamento para a realização do exame criminológico, tendo em vista que a exigência da perícia técnica deve ser fundamentada com base em algum elemento concreto, constante da execução da pena, que ateste o demérito do apenado.

No caso em apreço, o acórdão impugnado fundamentou a necessidade de realização do exame criminológico, ante a gravidade dos delitos perpetrados pelo apenado, bem como o fato de não ter ficado comprovado que este possui méritos para a obtenção do benefício, os quais constituem

fundamentos inidôneos para se exigir a perícia técnica.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para restabelecer a decisão monocrática que concedeu ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

(HC n. 326.430/SP, Ministro Ericson Maranhão (Desembargador Convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 31/3/2016)

Ante o exposto, **defiro o livramento condicional ao paciente Everton da Cunha (Execução Criminal n. 00069360720168260996).**

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator